

As regras do jogo externo

Gilberto Dupas 10 AGO 1987

O ministro da Fazenda esteve em Washington disposto a dar o primeiro passo para uma solução mais permanente à vital questão da renegociação externa. É preciso ter-se grande clareza quanto ao cenário internacional que presidirá essa negociação.

A hegemonia norte-americana, alongada ao máximo pela maciça política de importações e por uma grande dívida interna, dá sinais evidentes de declínio. A contenção do déficit da balança comercial e o reequilíbrio das contas públicas tenderão a relativizar o dinamismo comprador dos Estados Unidos no mercado internacional.

Assim, os megassaldos comerciais brasileiros de US\$ 12 a US\$ 13 bilhões, que muito dependeram da vitalidade importadora norte-americana, dificilmente se repetirão nos próximos cinco anos. Será preciso, pois, aprendermos a conviver com superávits da ordem de US\$ 10 bilhões, o que significará a necessidade de um mínimo de US\$ 2 a US\$ 3 bilhões/ano de empréstimos novos.

Outro aspecto importante a considerar é a tendência de especialização dos países desenvolvidos (ditos "centrais") nas atividades de alta tecnologia que serão os setores dinâmicos das próximas décadas. O ciclo das indústrias tradicionais (química, mecânica, celulose, vidro etc.) esgotou-se para esses países. A própria indústria automobilística encaixa-se nessa classificação. A informática, a biogenética e a química fina (fármacos, resinas, corantes etc.), atividades de alto retorno e acumulação de capital, serão as prioridades das nações adiantadas. A indústria tradicional tenderá a ser concentrada nos países periféricos, onde o custo dos fatores de produção pode ser mais favorável. É dentro desse contexto que se precisam entender os novos fluxos de capitais dos países desenvolvidos para os países mais pobres. É de se supor, pois, que as próximas duas décadas ainda marcarão sensíveis transferências de recursos internacionais para os países periféricos, visando a viabilizar o restante da transferência dos segmentos de média tecnologia. A escolha desses países dependerá das vantagens comparadas a nível de regulamentação governamental, estímulos para a conversão da dívida, tamanho do mercado interno etc.

Que interesse terá o Brasil em condicionar o seu futuro processo de expansão industrial a esse novo ciclo? Essa questão fundamental terá de ser respondida, de preferência, após um amplo exame de alternativas viáveis e dos recursos internos disponíveis. O fato é que as economias internacionais são cada vez mais interdependentes. Os fatores deter-

minantes desse jogo são a capacidade de desenvolvimento tecnológico, a valorização dos mercados domésticos e a competitividade internacional.

É óbvio que o ideal será o país poder eleger, a partir de uma realista apreciação de sua capacidade de investimentos tecnológicos, alguns setores que lhe permitirão gerar tecnologia de ponta e se apropriar de um pedaço dos setores dinâmicos do futuro. Afinal, o destino de uma nação de segunda classe, com um desenvolvimento industrial restrito a segmentos de baixa e média tecnologias, não parece compatível com os interesses e o potencial de um país como o Brasil.

É preciso, porém, definir uma estratégia com competência e lucidez. Confundir, por exemplo, política industrial unicamente com reserva de mercado para informática não parece significar necessariamente uma escolha competente. O dinamismo, a velocidade da mutação tecnológica e o problema de escala, para citar apenas alguns aspectos, exigem para esse setor uma regulamentação eventualmente dura, segmentariamente protecionista, mas, antes de tudo, ágil e inteligente.

Paira hoje sobre o país um maniqueísmo típico dos assuntos mal discutidos. Assim como a conversão da dívida parece a alguns confundir-se com "mero entreguismo", a estabilidade de emprego, que pretende proteger o trabalhador, pode significar um enorme equívoco. Ambas as teses têm motivações corretas e preocupações autênticas. Mas, polarizadas como estão, passam a confundir o essencial (a tese) com o acessório (a forma).

A questão da dívida externa, como se vê, para ser bem negociada, pressupõe um claro entendimento da dinâmica atual da economia internacional. É preciso compreender quais são as regras desse jogo, do qual todos acabam fazendo parte (ativa ou passivamente). Em seguida, é preciso escolher um papel viável (tática e estrategicamente), compatível com a natureza do jogo. A partir daí (e somente a partir daí) atuar com determinação e dureza.

O que não podemos é fazer de conta que não existem regras e que é possível jogar, mesmo sentado no banco. Os interesses internacionais, antes de serem classificados como nocivos, devem ser utilizados como parte essencial de uma barganha que só pode ser feita se nos dispusermos a entrar nesse jogo. Com cuidado, pensando atentamente nos interesses nacionais, mas jogando e marcando gols.